



OPINIÃO

A arte de prometer o possível



DOMINGUES DE AZEVEDO

Bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas

Não é preciso ser adivinho para prever com bastante margem de segurança que os impostos serão um tema central na campanha eleitoral que se aproxima.

Todos se lembrarão que no passado a descida da carga fiscal serviu de trunfo para algumas forças políticas prometerem o que efectivamente não podiam cumprir, uma vez no poder.

Como se vê, este é um tema com terreno perigosamente fértil para a especulação, a demagogia e também a omissão.

O IVA é normalmente o alvo de todas as atenções.

É, reconhecidamente confirmado pelas estatísticas, o imposto que mais enche os cofres do Estado. Mesmo sendo uma medida impopular, em situação de aperto a tentação de quem governa socorrer-se deste expediente, tão legítimo quanto discutível em democracia, é compreensível.

O criticável é que na ânsia de arrecadar receitas, numa perspectiva de curtíssimo prazo, se descure uma estratégia fiscal coerente e integrada, favorecendo-se a introdução de medidas avulsas e desgarradas.

Quem tem a seu cargo a gestão do sistema fiscal não deve render-se à tentação cega de obter receitas a todo o custo para equilibrar as descompensadas contas públicas. Esta obsessão fiscal tem vários riscos associados, entre os quais salienta-se o afrouxar da dinâmica da inspecção tributária e a menor tolerância para com os legítimos direitos dos sujeitos passivos.

Há um célebre aforismo que diz que a política deve ser a arte do possível.

O que acontece é que os políticos são useiros e vezeiros em prometer este mundo e o outro.

Gostava, nomeadamente no âmbito fiscal, que promettessem o estritamente possível e medidas que corporizassem uma estratégia fiscal coerente e integrada, assente no aprofundar da equidade e da moralização do

sistema fiscal, simplificando e trazendo para dentro da rede os que ainda permanecem à margem. Isto sem esquecer os cada vez mais atulhados e desfasados no tempo tribunais tributários, com meios materiais, humanos e processuais altamente limitados e complexos.

Enquanto estes desafios não forem levados a sério, Portugal continuará a não criar condições de competitividade e atracção no seio da União da Europeia. E continuaremos a insistir nesta eterna pecha: Portugal não tem, nem nunca teve, uma política fiscal, mas sim uma fiscalidade para a política.

Em bom rigor, não temos uma política fiscal que pressuponha o conhecimento e definição de um conjunto de elementos inerentes à vida dos cidadãos, para a partir daí fixarmos os impostos que seriam devidos.

A existência de uma política fiscal pressupõe que o poder político faça uma gestão da sociedade de acordo com essa mesma política fiscal. A sua ausência cria um vazio de conhecimento, quer para quem governa, quer para quem é governado. Ou seja, quem desempenha cargos políticos numa sociedade que implemente uma política fiscal, só pode prometer e executar as obras que essa política fiscal lhe possibilite.

Certamente que prometer alterar o paradigma não vai concitar os holofotes mediáticos e muito menos trazer resultados práticos em votos nas urnas, mas iria dotar o sistema fiscal de um rigor e um rosto humano, valores que têm sido sacrificados em nome da voraz captura de receitas.

De uma vez por todas, a fiscalidade é muito mais do que um simples instrumento de angariação de receita. A estratégia fiscal que aguardamos dos nossos governantes deve estar mais focada nos propósitos de natureza económica e social, associada ao bem comum das populações. Se assim não for, o interesse de Estado e dos cidadãos continuará a divergir em vez de convergir. ■

Quem desempenha cargos políticos numa sociedade que implemente uma política fiscal, só pode prometer e executar as obras que essa política fiscal lhe possibilite.